DM Anápolis
O Diário do Município

QUINTA-FEIRA ◆ 14 DE MARÇO DE 2024 ANO: 04 ◆ Nº 0.767 ◆ 22H30 ◆ PREÇO: R$ 2,50 ◆ EDITOR: ORISVALDO PIRES

AGENDA OFICIAL

Netanyahu reforça o convite e Caiado viaja a Israel no sábado

Em carta endereçada ao governador Ronaldo Caiado, enviada pelo gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o Governo de Israel reforça o convite ao chefe do Executivo goiano e propõe agendas oficiais no país. Está prevista também reunião com o presidente de Israel, Isaac Herzog. Caiado viajará no próximo sábado, 16, com retorno previsto para o dia 21 de março. A programação inclui reuniões de negócios visando estreitar os laços comerciais com o Estado de Goiás. Goiás tem estabelecido diálogo junto a Israel há alguns meses para fortalecer parcerias e aperfeiçoar projetos com o uso de tecnologias israelenses, entre eles o projeto de Fruticultura Irrigada do Vão do Paranã.

Página 2

Prefeito anuncia a criação do Vale-Transporte Social

O prefeito Roberto Naves (Republicanos) repassou à Câmara Municipal, nesta quarta-feira, 13, três projetos de lei que influem no serviço de transporte coletivo urbano de Anápolis. Ao lado da primeira-dama e deputada estadual Vivian Naves (PP); e da assessora especial do gabinete do prefeito, Eerizania Freitas (Republicanos), Naves entregou ao presidente do Legislativo, vereador Dominguinhos do Cedro (PDT) projetos que viabilizam reajuste salarial de trabalhadores do transporte coletivo, facilitam o acesso de pessoas em condição de vulnerabilidade social ao sistema, e garantem que tarifa não terá reajuste em seu valor neste ano. Página 4

- *PDT, sob novo comando, anuncia filiações e lança pré-candidata* **Pg. 3**
- *Vereadora, ex-PP, assume presidência do Partido da Mulher Brasileira* **Pg. 3**
- *Fórmula da 2ª Divisão do Goiano divide opiniões de Rubra e GEA* **Pg. 15**

Campanha capta recursos para apoio às crianças e idosos

A Receita Federal, Ministério Público do Trabalho, Conselho Regional de Contabilistas de Goiás e Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) atuam em conjunto para executar campanha de captação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência e o Fundo do Idoso, destacando a relevância do apoio da população para estas causas. Com este objetivo, foi realizada reunião, como representantes destes segmentos, nesta última quarta-feira, 13. Os recursos virão de parte da restituição do Imposto de Renda de 2024. **Página 14**

Direitos de pacientes com câncer assegurados em lei

Aprovada em dezembro na Assembleia Legislativa do estado (Alego), a matéria tem o objetivo de divulgar informações importantes sobre os direitos dessas pessoas, muitas vezes desconhecidos por elas, buscando ampliar a rede de informação que alcance mais pacientes, familiares e a sociedade como um todo. Especialista em Direito Civil, ouvido pelo DM Anápolis, considera a lei um avanço, especialmente quando o assunto é o combate às fake news e aos estigmas da doença. Segundo ele, orientação jurídica é fundamental. Entre as principais dúvidas, explica, está o acesso a tratamentos complementares. Há direitos não conhecidos. **Página 14**

SECOM

Ronaldo Caiado, além de se encontrar com o primeiro-ministro de Israel, também está agendado com o presidente, Isaac Herzog

DIPLOMACIA

Netanyahu reforça convite e Ronaldo Caiado embarca no sábado, 16, para Israel

Carta endereçada ao governador de Goiás agenda encontro com primeiro-ministro e reuniões de negócios de interesse mútuo

DA REDAÇÃO

Em carta endereçada ao governador Ronaldo Caiado, enviada pelo gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o Governo de Israel reforça o convite ao chefe do Executivo goiano e propõe agendas oficiais no país. "É com grande honra e satisfação que o Governo de Israel convida V. Exa. para importante visita em Israel, na próxima semana. Durante a sua estadia, teremos o prazer de convidá-lo a reunir-se com o Primeiro-Ministro", diz o documento enviado ao Palácio das Esmeraldas nesta quarta-feira (13/03). Está prevista também reunião com o presidente de Israel, Isaac Herzog.

Caiado viajará no próximo sábado, 16, com retorno previsto para o dia 21 de março. A programação inclui reuniões de negócios visando estreitar os laços comerciais com o Estado de Goiás. Haverá visitas a "empresas inovadoras, que podem proporcionar experiências enriquecedoras para promover o diálogo e a colaboração entre as nossas regiões sobre tecnologia, economia de Israel, segurança pública e recursos hídricos."

Goiás tem estabelecido diálogo junto a Israel há alguns meses para fortalecer parcerias e aperfeiçoar projetos com o uso de tecnologias israelenses. É o caso, por exemplo, do projeto de Fruticultura Irrigada do Vão do Paranã, na região Nordeste do estado. O país do Oriente Médio é tido como referência mundial em agricultura e irrigação.

A agenda em território israelense será o primeiro ato depois da assinatura do termo de cooperação entre o Governo de Goiás e Israel, firmado em fevereiro, durante a inauguração do parque "Am Israel Chai" (O povo de Israel vive). A ação prestou homenagem às vítimas do atentado terrorista ocorrido no dia 7 de outubro do ano passado, quando cerca de 1,2 mil israelenses foram mortos.

"Foi o maior atentado desde a criação do Estado de Israel que conduziu a uma guerra pelo retorno dos sequestrados e pela eliminação da organização terrorista do Hamas. Esta visita permitirá à Vossa Excelência ter uma impressão imediata da situação em Israel", diz a carta do governo israelense ao ressaltar importância do gesto do governador de Goiás.

O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, também se manifestou por carta endereçada a Caiado, destacando a disposição do Governo de Israel em receber e conduzir a agenda oficial do governador no país. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, também viajará a Israel. *(Com Secom/GO)*

painel DM

OBRA HISTÓRICA

Prefeito dá ordem de serviço para início da construção de trincheira na BR 153

Uma das mais importantes obras do programa 'Anápolis Investe' recebe ordem de serviço nesta quinta-feira, 14, às 9h30. O prefeito Roberto Naves (Republicanos) autoriza o início da construção da trincheira na BR 153, Km 437, na via de acesso ao Residencial Flor do Cerrado, na região da Grande Recanto do Sol. A obra é estratégica para o Plano de Mobilidade Urbana, para a fluidez do tráfego no local e para a segurança de motoristas e pedestres. O contrato com a empresa responsável pela obra, a partir do lançamento, terá validade de 18 meses. O investimento previsto é de R$ 35 milhões. A responsabilidade original da obra é do Governo Federal. Entretanto, a concessionária da BR153, Ecovias do Araguaia, em 2022, comunicou que o projeto não fazia parte do contrato de concessão. Roberto Naves, então, assumiu a obra, que foi autorizada pelo Ministério dos Transportes depois de várias tratativas com a ANTT, a Ecovias do Araguaia e com a Polícia Rodoviária Federal.

Repúdio

O vereador Hélio Araújo (PL) informou que, na terça-feira, 12, esteve no Congresso Nacional, em Brasília, para entregar ao senador Wilder Morais (PL) moção de repúdio aprovada na Câmara Municipal, com manifestação contrária à possível descriminalização da maconha para consumo individual, ora em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

Receita digital

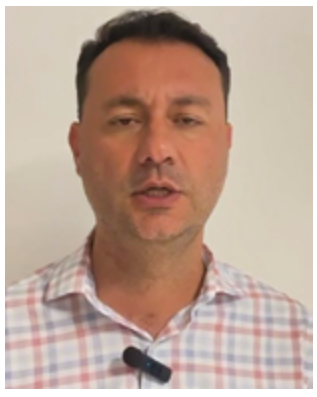
A Alego aprovou em definitivo, nesta quarta-feira, 13, projeto de lei que estabelece o recebimento, em formato digital, de receitas médicas pelas farmácias e drogarias do estado de Goiás. A iniciativa da matéria é do deputado estadual Jamil Calife (PP). A lei prevê os formatos aceitos e estabelece que todas as prescrições eletrônicas devem conter a assinatura digital do prescritor.

Guarda-chuva

Crítico do governo do presidente Lula na Alego, o deputado estadual Clécio Alves (Republicanos) apresentou projeto de lei que declara Lula 'persona non grata' em Goiás. A justificativa para a proposição, disse, foi ter sofrido agressão de uma pessoa, que, segundo ele, não gostou de vê-lo falar mal do presidente na tribuna. A suposta agressão teria sido feita com o uso de um guarda-chuva.

Rede pluvial

Caso seja aprovado projeto de autoria do Senado, relatado favoravelmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, pelo deputado Cobalchini (MDB-SC), os municípios passam a ser obrigados a implantarem redes e galerias subterrâneas de água pluvial antes de pavimentar as ruas, evitando assim que o asfalto seja refeito. A concessão de financiamento federal para obras viárias em municípios será condicionada ao prévio atendimento a essa regra.



Anel Viário do Daia

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), Lucas Vissoto Júnior (foto), informou que, após Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público de Goiás (MPGO), em Anápolis, está próxima a retomada das obras do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia). Segundo ele, um dano ambiental teria sido causado a partir do início das obras, no governo anterior. O MPGO vinculou o reinício das obras à correção desse dano, o que foi feito. Lucas Vissoto ressalta que a licitação já foi concluída e a empresa executora da obra está definida. E que, nos próximos dias, deve ser dada a ordem de serviço.

DM Anápolis
O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R$ 49,90 mensal
R$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R$ 2,50 Domingo R$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Orisvaldo Pires

EDITOR ONLINE
Aglys Nadielle

REPORTAGEM
Marcos Vieira
Lucas Tavares
Emilly Viana
Lucivan Machado

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Dept° Comercial / Redação
(62) 3706-9010

/dmanapolis
www.dmanapolis.com.br

MAIS FORTE

PDT muda direção, faz filiações e lança pré-candidata a prefeita

Presidente da Câmara de Anápolis assume o comando do partido e leva grupo de aliados que estava no PV

MARCOS VIEIRA

Um ato na noite de terça-feira, 12, na Câmara de Anápolis, marcou a chegada do vereador Dominguinhos do Cedro ao PDT, que se tornou novo presidente da sigla na cidade, levando com ele todo o grupo que antes estava no PV.

O presidente do Legislativo municipal trocou de partido após reunião, há duas semanas, com o deputado estadual George Morais, presidente regional do PDT. Dominguinhos reafirmou que a decisão passou, principalmente, pela possibilidade de a sigla abrigar uma chapa completa de candidatos à Câmara, o que não seria possível no PV.

O Partido Verde hoje é federado com PT e PCdoB. Isso significa que os três só podem lançar, juntos, 24 candidatos a vereador. A divisão de vagas entre o grupo representa menos postulantes para cada sigla, o que deixaria nomes do PV de fora, ressaltou Dominguinhos. No PDT, com chapa completa, todos podem ser contemplados.

O evento pedetista também marcou o lançamento da pré-candidatura a prefeita da advogada Mariane Stival, outra aliada de Dominguinhos, que também estava no PV. Ela passa a ser a única da sigla a pleitear a vaga, já que o professor Pedro Sahium, ex-prefeito de Anápolis, refluiu do projeto de retornar às disputas eleitorais.

ISMAEL VIEIRA

Ato teve Dominguinhos presidente do PDT; prefeito Roberto Naves, vice Márcio Cândido e deputada Vivian Naves; pré-candidata a prefeita Mariane Stival, pré-candidatos a vereador e líderes de diversos partidos

Em discurso, Mariane disse que aceitou um dos convites mais importantes da sua vida, relembrou a história do avô que foi prefeito e ressaltou o fato de ser até agora a única mulher a anunciar o desejo de encabeçar uma chapa majoritária na eleição anapolina.

"E ressalto: Anápolis nunca teve uma prefeita, apesar de ter em sua história política mulheres maravilhosas que trabalham por nossa cidade", completou Mariane. A advogada ingressou na política em 2020, disputando uma cadeira de vereadora pelo antigo DEM, alcançando 1.023 votos.

Mariane afirmou que aprendeu que na política nada já é definido. "Só quando acaba", completou. E prosseguiu: "Eu foco no meu desafio e, com respeito às pessoas e com uma força que não sei descrever para vocês eu faço e nunca desisto. Eu não sou uma mulher que desiste. Eu sou uma mulher que passou a vida lutando e conquistando direitos, lutando por espaços e me orgulha passar o resto da minha vida assim".

A pré-candidata do PDT citou, em diferentes momentos, o fato de ser a única mulher que assumiu a pré-candidatura em Anápolis. "Não somos frágeis, não somos inseguras e não queremos ser regidas. Estou abraçando com paixão e dedicação, o chamado da história de carregar por futuro um incerto a luz preciosa da liberdade", concluiu.

CHAPA

A chapa que Dominguinhos pretende montar no PDT conta com ex-vereadores, como Pedro Mariano, Teles Júnior e Fernando Paiva. Também tem nomes da comunicação que já disputaram outros pleitos, como Marcelo Santos e Serleyser Araújo, e ainda outras personalidades da vida pública anapolina, como a advogada Danielle Nava e o pastor João Costa.

O novo presidente do partido fez um discurso de união, ressaltou a força do grupo e que o PDT, com os nomes que tem à disposição, pode fazer história nas eleições de 2024. Dominguinhos disse ainda que trabalha para tornar sua nova sigla uma das maiores da cidade, assim como fez com o PV, que sob seu comando passou a liderar o ranking de filiados em Anápolis.

O encontro pedetista teve a presença do prefeito Roberto Naves (Republicanos) e da primeira-dama e deputada estadual Vivian Naves (PP). Ambos disseram que prestigiavam a chegada de Dominguinhos a uma nova sigla pelo respeito conquistado pelo vereador ao longo dos anos, além da lealdade ao grupo político que chegou ao poder em Anápolis no ano de 2016.

Também presente, o presidente do PP, vereador Leandro Ribeiro, pré-candidato a prefeito, destacou a lealdade de Dominguinhos com os aliados. O vereador Frederico Godoy (Agir) ressaltou mesma característica do presidente da Câmara. O ato do PDT teve ainda a participação do vereador Jakson Charles, presidente do PSB anapolino.

Thaís Souza vai assumir presidência do PMB

Confirmação foi feita pelo presidente estadual da legenda, Eduardo Macedo, que esteve em Anápolis nesta quarta, 13

MARCOS VIEIRA

A vereadora Thaís Souza confirmou, nesta quarta-feira, 13, a saída do Progressistas (PP) e filiação ao Partido da Mulher Brasileira (PMB). Ela recebeu na Câmara de Anápolis o presidente regional da sua nova sigla, Eduardo Macedo, que confirmou em entrevista que Thaís assumirá o comando da executiva do PMB municipal.

"Ela chega ao PMB fortalecendo as nossas fileiras, é a presidente municipal, também vice-presidente regional. Thaís tem liderança, é mulher, tem história e vai trazer muitas alegrias ainda, tanto para Anápolis, quanto Goiás", disse Macedo.

Um pouco antes, em discurso na tribuna, Thaís Souza confirmou sua decisão de mudar de partido, agradeceu ao PP através do presidente municipal, vereador Leandro Ribeiro, e confirmou que chega ao PMB com a disposição de montar um grupo forte para a disputa de 2024.

O movimento feito pela vereadora tem o apoio do prefeito Roberto Naves (Republicanos), que deve contribuir com Thaís na montagem da chapa de candidatos a vereador, indicando nomes que fazem parte do seu grupo político.

Eduardo Macedo citou essa aliança com o mandatário anapolino. "Estamos muito felizes, sobretudo pela parceria com o prefeito Roberto Naves, que é um grande amigo de muitos anos", disse o dirigente estadual do PMB.

Macedo confirmou, inclusive, que na eleição majoritária, o PMB apoiará o nome do grupo de Naves. Ele teceu elogios a possível escolha do vice-prefeito Márcio Cândido (PSD) para ser o candidato a prefeito da atual gestão. "É um cara sério, tem história, ajudou no desenvolvimento dessa cidade, uma das mais importantes do país".

Segundo o presidente regional do PMB, a expectativa é que o partido eleja ao menos três vereadores no pleito de outubro. Eduardo Macedo revelou que além de Thaís, mais outro político com mandato deve se filiar à sigla nos próximos dias. Esse nome pode ser de Jean Carlos, vereador que está de saída do União Brasil.

O PMB foi fundado em 2008 e ainda tem um número reduzido de filiados em Anápolis: 26, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de fevereiro deste ano.

Thaís Souza foi a terceira vereadora mais bem colocada para a Câmara de Anápolis em 2020, com 2.493 votos. Esse é o seu segundo mandato.

ISMAEL VIEIRA

Thaís Souza afirma que chega ao Partido da Mulher Brasileira com a disposição de montar um grupo consustente para a disputa de 2024

www.dmanapolis.com.br

TRANSPORTE PÚBLICO

Prefeito garante reajuste salarial a motoristas e tarifa sem reajuste

Projetos entregues pelo Executivo à Câmara, nesta quarta, 13, beneficiam trabalhadores e criam Vale-Transporte Social

ORISVALDO PIRES

BRUNO VELASCO

Roberto Naves informou sobre aportes a serem feitos no sistema e os esforços para que valor da tarifa do transporte coletivo não aumente este ano

O prefeito Roberto Naves (Republicanos); o vice-prefeito Márcio Cândido (PSD); a primeira-dama e deputada estadual Vivian Naves (PP); e a assessora especial do gabinete do prefeito, Eerizania Freitas (Republicanos), entregaram ao presidente da Câmara Municipal, vereador Dominguinhos do Cedro (PDT) e demais vereadores, três projetos de lei que influem na solução do reajuste salarial de motoristas e demais trabalhadores do transporte coletivo urbano, facilitam o acesso de pessoas em condição de vulnerabilidade social ao sistema, e assegura que a tarifa do transporte coletivo se mantenha sem reajuste neste ano.

O ato de entrega dos projetos aconteceu na manhã desta quarta-feira, 13, no gabinete do prefeito. De imediato os documentos foram protocolados no sistema do Poder Legislativo. Dominguinhos do Cedro informou que seria convocada sessão extraordinária, para votar os projetos, para a manhã desta sexta-feira, 15. O vice-presidente e líder do prefeito na Câmara, vereador Jakson Charles (PSB), além dos vereadores Andreia Rezende (SD), Thaís Souza (PMB), Frederico Godoy (Agir), Alex Martins (PP), Cleide Hilário (Republicanos) e Cabo Fred Caixeta (Avante).

O primeiro projeto, informou Roberto Naves, autoriza a prefeitura a fazer um aporte, em parcela única, no valor de R$ 1,306 milhão. "Esse recurso não é para a Urban [concessionária], mas, sim, é o repasse do pagamento do reajuste retroativo para motoristas e trabalhadores do transporte coletivo", disse. O prefeito recordou da paralisação realizada pela categoria, "que foi justa", pois, explicou, "os trabalhadores da Urban ainda não haviam recebido o reajuste salarial, e ali fizemos um acordo com a Urban e os trabalhadores de que a prefeitura iria custear o aumento, pagaríamos o retroativo ao aumento salarial".

Entre as justificativas para o aporte financeiro, Roberto Naves lembrou que, nos últimos 24 meses, "tudo subiu, combustível, pneus, itens da cesta básica, entendemos que os moradores sofrem com impostos e taxas". Além do repasse em cota única de R$ 1,306 milhão, o prefeito explicou que os dois outros projetos autorizam o município a fazer mensalmente repasse de aproximadamente R$ 500 mil. Uma parte desse recurso, no valor R$ 100 mil, contido no segundo projeto, possibilita a isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), relacionado à operação do transporte público em Anápolis.

Neste ponto entra o terceiro projeto que, segundo o prefeito, foi elaborado pela assessora especial do gabinete, Eerizânia Freitas, e pela primeira-dama Vivian Naves, respaldado pela Câmara de Vereadores. "Assim entregamos um compromisso de campanha que fizemos, com a criação do Vale-Transporte Social", explicou. Roberto Naves ressaltou que o projeto se alicerça em um tripé: garantir a isenção no transporte coletivo para pessoas que se enquadram nos critérios com a melhor pontuação; beneficiar as pessoas que estão desempregadas, em estado de vulnerabilidade social e sem condições de comprar a passagem; e atender as mulheres que são arrimo de família ou vítimas de violência.

Segundo Naves, a prefeitura vai adquirir do sistema R$ 400 mil mensais em vale transporte, para atender esse grupo de pessoas que necessitam do apoio. "Nós, junto com a primeira-dama e deputada Vivian Naves; a assessora especial Eerizania Freitas; secretários e vereadores, abraçamos a causa e resolvemos fazer esses aportes para garantir que o valor da tarifa do transporte coletivo permaneça o mesmo", explicou. Além da ação concreta para garantir que não haja reajuste da tarifa do transporte coletivo neste ano, Roberto Naves disse que abriu tratativas com o governador Ronaldo Caiado (UB), em busca da possibilidade de o Governo de Goiás isentar a frota de ônibus do transporte público coletivo de Anápolis do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) "tanto do pneu, quanto do combustível". E, ainda, para que o governo estadual pague de forma integral o Vale Transporte Estudantil.

Matérias enviadas ao legislativo garantem reajuste salarial de motoristas e manutenção do valor atual da passagem

FATORES POSITIVOS

Com a aprovação dos projetos e a autorização para que a prefeitura faça os aportes ao sistema do transporte coletivo, Roberto Naves entende que cinco pontos específicos devem ser atendidos, conforme projeta a administração. 1 – Valorização dos trabalhadores do transporte coletivo; 2 – Que a pessoa quando perde o emprego seja estimulada para procurar novo trabalho, com uma quantidade 'x' de vale transporte para se locomover, mesmo desempregada; 3 – Auxiliar as famílias em vulnerabilidade social, para que não gastem com vale transporte; 4 – Que as mulheres tenham oportunidade se se locomover, gastando o mínimo possível, principalmente as arrimos de família e vítimas de violência; e 5 – Garantir que a população não sofra com o reajuste da tarifa do transporte coletivo.

Ao final do ato, Roberto Naves agradeceu ao presidente da Câmara, Dominguinhos do Cedro e demais vereadores, "por terem a sensibilidade de somar forças para que não haja reajuste da tarifa do transporte coletivo este ano". Dominguinhos disse que ao participar deste processo, o Poder Legislativo dá "uma resposta à sociedade, ao evitar o reajuste da tarifa". Ressaltou que seu entendimento e da Mesa Diretora da Câmara é que, "sem ocorrer aumento da tarifa, é o usuário quem ganha". Jakson Charles lembrou que cabe ao poder público garantir o transporte à sociedade, "por isso o Executivo e a Câmara Municipal contribuem para que não haja a majoração da tarifa e, em contrapartida, é criado o Vale-Transporte Social para beneficiar aqueles que não têm condições de pagar para utilizar o transporte público".

ecoVIAS

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras **2023**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Introdução
A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO.
Destaques operacionais e financeiros: O volume de tráfego atingiu 50.166 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R$888,0 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R$477,7 milhões em 2023 e R$107,0 em 2022. O EBITDA ajustado[2] totalizou R$349,2 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada2, 73,1%.

Destaques (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego[1]	50.166	11.282	n.m.
Tarifa Média	10,37	10,35	0,3%
Receita líquida	888,0	880,7	0,8%
EBITDA Ajustado[2]	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada[2]	73,1%	n.m	n.m.
Capex	489,3	875,2	-44,1%

[1] Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
[2] Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	9.436	2.293	n.m.
Pesados	40.730	8.989	n.m.
Total	50.167	11.282	n.m.

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R$10,37 em 2023.

Tarifa Média (em R$)	2023	2022	Var.
Ecovias do Araguaia	10,37	10,35	0,3%

Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2023.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$) - Vigente em 31/12/2023											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,60	17,20	12,90	25,80	17,20	34,40	43,00	51,60	60,20	68,80	4,30
P2	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P3	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P4	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P5	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P6	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P7	14,80	29,60	22,20	44,40	29,60	59,20	74,00	88,80	103,60	118,40	7,40
P8	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P9	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80

Receita bruta: A receita bruta totalizou R$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R$42,9 milhões.
Receita de Pedágio: R$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.
Receita de Construção: R$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,1	-	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	-47,0%
Total	931,0	890,4	4,6%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R$1.840,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	-
Receitas Acessórias	0,1	-	-
Receita de Construção	410,3	773,7	19,5
Total	931,0	890,4	19,5

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R$599,7 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$128,5 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
Pessoal	29,4	16,4	79,4%
Conservação e manutenção	22,9	2,8	n.m.
Serviços de terceiros	50,2	39,5	27,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,5	15,5	-6,7%
Outros	11,6	7,1	64,4%
Custos caixa	**128,5**	**81,2**	**58,3%**
Depreciação e amortização	60,8	22,3	172,8%
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	410,3	773,7	-47,0%
TOTAL	599,7	877,2	-31,6%

Pessoal: R$29,4 milhões em 2023, aumento de R$13,0 milhões (+79,4%) devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridas pelo início das atividades operacionais da Companhia.
Conservação e manutenção: R$22,9 milhões em 2023, aumento de R$20,1 milhões devido, principalmente, aos gastos com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais da Companhia.
Serviços de terceiros: R$50,2 milhões em 2023, aumento de R$10,7 milhões (+27,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de compras corporativas prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgastes e remoções.
Seguros, poder concedente e locações: R$14,5 milhões em 2023, redução de R$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS).
Outros: R$11,6 milhões em 2023, aumento de R$4,5 milhões (+64,4%) devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais.
Depreciação e amortização: R$60,8 milhões em 2022, aumento R$38,5 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação de pedágio.
Custo de construção: R$410,3 milhões em 2023, redução R$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período.
O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R$1.508,0 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	599,7	877,2	31,1

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.
EBITDA: Em 2023, o EBITDA totalizou R$349,2 milhões. O EBITDA ajustado[3], excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R$349,2 milhões, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada3 de 73,1%.

EBITDA (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	188,8	18,7	n.m.
Depreciação e amortização	60,8	22,3	n.m.
Resultado Financeiro	17,1	(25,1)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	82,5	9,9	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	n.m.
Custo de Construção	(410,3)	(773,7)	n.m.

EBITDA (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
EBITDA [1]	349,2	25,8	n.m.
Provisão para manutenção [2]	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado [3]	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada [3]	73,1%	24,1%	0,5 p.p.

[1] Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.
[2] A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.
[3] Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido em 2023 foi negativo em R$17,1 milhões, redução de R$42,2 milhões em relação aos R$25,1 milhões positivos em 2022, devido, principalmente, aos juros e variação monetária sobre debêntures.

Resultado Financeiro (em milhares de R$)	2023	2022	Var.
Juros sobre Debêntures	(40,2)	(21,3)	88,8%
Variação monetária sobre dêbentures	(28,1)	(3,3)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,3)	(0,6)	102,4%
Juros Capitalizados	45,3	7,9	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	28,5	46,8	-39,2%
Outros efeitos financeiros	(21,4)	(4,5)	n.m.
TOTAL	(17,1)	25,1	-168,3%

Lucro do Exercício: Em 2023, o lucro líquido da Companhia totalizou R$188,8 milhões, aumento de R$170,1 milhões em relação a 2022.
Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo de R$429,6 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, empréstimos e financiamentos, no valor de R$1.100,6 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R$38,5 milhões.
A dívida líquida encerrou o ano em R$671,0 milhões e indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,9x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	**20,1**	**20,8**	**-3,7%**
Debêntures	17,8	20,8	-14,7%
Empréstimos e Financiamentos	2,3	-	n.m.
Longo Prazo	**1.080,5**	**588,2**	**83,7%**
Debêntures	611,8	588,2	4,0%
Empréstimos e Financiamentos	468,7	-	n.m.
Dívida Bruta[1]	1.100,6	609,0	80,7%
Obrigações com Poder Concedente	1,0	1,0	4,6%
Passivo de Arrendamento	38,5	41,6	-7,5%
Endividamento Bruto	1.140,1	651,6	75,0%
Caixa e equivalentes de caixa	429,6	211,8	102,8%
Endividamento Líquido	710,5	439,8	61,6%
Dívida Líquida[1]	671,0	397,2	68,9%

[1] Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$489,3 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R$)	2023 Intangível/ Imobilizado	2023 Custo de Manutenção/ Construção	2023 Total
Ecovias do Araguaia	488,4	0,9	489,3

CAPEX (em milhões de R$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	6,5	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	4,9	0,1	-
Contrato de concessão	3,2	385,1	-
Intangível em andamento	474,7	54,6	-
Software de terceiros	0,0	0,2	-
Total	489,3	442,0	-

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	478,0	793,9	439,8
Imobilizado	11,4	81,3	2,2
Total	489,3	875,2	442,0

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R$360,7 milhões, isto é, 38,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 35,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R$31,9 milhões e a representatividade de 3,6%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	360,7	31,9	n.m.
Receita operacional bruta	931,0	890,4	4,6%
Representatividade	38,7%	3,6%	35,1 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R$23,7 milhões.

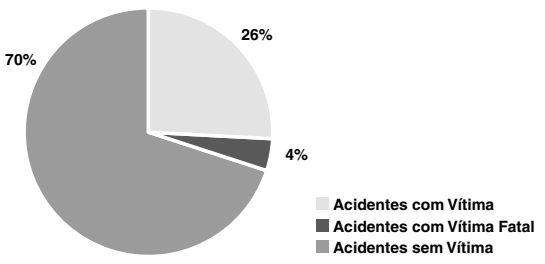
Impostos Municipais repassados (em milhões de R$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	23,7	5,4	-

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R$80.453 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que a Ecovias do Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.No 3º Trimestre de 2023, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e obteve os certificados: - ABNT ISO 9001:2015 (gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (gestão ambiental); e - ABNT ISO 39001:2015 (gestão em segurança viária). Além das certificações acima mencionadas, que foram previstas nos instrumentos contratuais, a Concessionária também obteve a certificação ABNT ISO 45001:2018 (gestão em saúde e segurança ocupacional). O sistema de gestão da qualidade tem como objetivo a melhoria continua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.
Recursos Humanos: Em 2023, a Concessionária investiu R$37,5 mil (R$19,2 mil em 2022), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

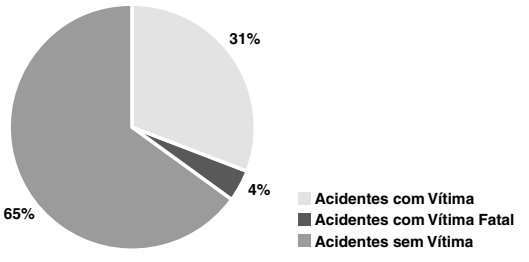
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
ANALISTA PLANEJAMENTO OBRAS	2	0,14
AUXILIAR/ASSISTENTE SISTEMA RODOVIÁRIO	19	1,32
AUXILIAR MANUTENÇÃO	19	1,32
CONTROLADOR CCO	4	0,28
CONTROLADOR SISTEMA RODOVIARIO	18	1,25
COORDENADOR CONSERVAÇÃO	1	0,07
COORDENADOR OPERAÇÕES RODOVIARIAS	2	0,14
COORDENADOR DE OBRAS/MANUTENÇÃO	3	0,21
ASSISTENTE PLANEJAMENTO MANUTENÇÃO	1	0,07
ASSISTENTE ENGENHARIA	2	0,14
ENGENHEIRO	7	0,49
FISCAL/ANALISTA FAIXA DE DOMÍNIO	3	0,21
OPERADOR PEDAGIO	192	13,35
OPERADOR TRAFEGO	43	2,99
OPERADOR CCO	9	0,63
SUPERVISOR DE SISTEMA RODOVIÁRIO	3	0,21
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	4	0,28
SUPERVISOR MANUTENÇÃO	1	0,07
TÉCNICO EM ENGENHARIA	10	0,70
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	17	1,18
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1	0,07
ADVOGADA	1	0,07
LIDER DE MANUTENÇÃO/TRAFEGO	6	0,42
Total de Pessoal - Operacional	368	25,59
ANALISTA / ASSISTENTE	20	1,39
COORDENADOR RH/SUSTENTABILIDADE/JURÍDICO/ COMUNICAÇÃO	5	0,35
GERÊNCIA/DIRETORIA	4	0,28
Total de Pessoal - Pedágio	29	2,02
Total de Pessoal - Concessionária	397	27,61

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2023

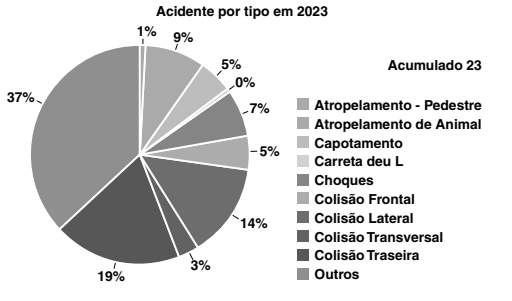


Percentual de acidentes por gravidade em 2022



As figuras abaixo apresentam os valores percentuais dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

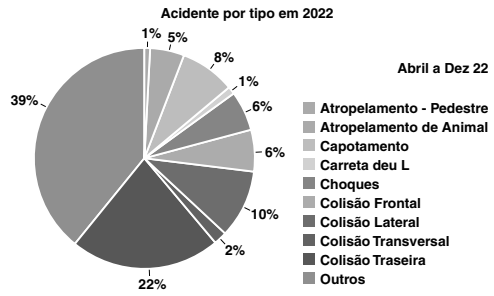
Acidente por tipo em 2023



continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090



Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	**Qtde**	**Qtde/100 km**
Viatura de inspeção	11	1,3
Guincho Leve	10	1,2
Guincho Super Pesado	4	0,5
Caminhão Pipa	4	0,5
Caminhão Boiadeiro	4	0,5
Ambulância Simples	16	1,9
UTI	4	0,5
Total de veículos operacionais	**53**	**6,2**
Administração	3	0,4
Pedágio	4	0,5
Engenharia	17	2,0
Conservação	9	1,1
Tráfego	4	0,5
Manutenção	10	1,2
ANTT	3	0,4
CSU e RH	3	0,4
Diretor	2	0,2
Total de veículos de apoio	**55**	**6,5**
Total de veículos aplicados na concessão	**108**	**12,7**

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 9.452.347 Classe 02: 1.196.274 Classe 03: 0 Classe 04: 1.486.876 Classe 05: 0 Classe 06: 1.014.167 Classe 07: 905.921 Classe 08: 2.022.329 Classe 09: 668.841 Classe 10: 43.233 Catesp 9: 10.281 Catesp 10: 913.972 Moto: 282.691 Semi Reboque: 194.064 Reboque: 26.181 Ônibus 2 eixos: 0 Ônibus 3 eixos: 0 Ônibus 4 eixos: 0 Especial: 0 Dummy: 1
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	9 (nove)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	146.491
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	146.388
Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2023	R$ 520,6 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R$ 189,4 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	397 funcionários
Despesas com pessoal no 2023	R$ 29,4 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação no 2023	R$ 60,8 milhões
Ativo líquido	R$ 429,6 milhões
Ativo bruto	R$ 4.670,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2023	R$ 1.806,5 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	9,88%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração no 2023	R$ 24,6 milhões
Despesas com manutenção no 2023	R$ 22,9 milhões
Outras despesas	R$ 11,6 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 852
	Com feridos: 323
	Com mortos: 48
Indicadores	
Tarifa média	R$ 10,37
Custo por veículo ou km	R$ 3,77

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2023 Valor em R$ mil	2022 Valor em R$ mil
Faturamento Bruto	930.959	890.376
Receita líquida (RL)	888.044	880.689
Resultado Operacional (RO)	288.362	3.521
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.105	13%	0%	926	6%	0%
Encargos sociais	5.075	31%	1%	3.120	19%	0%
Previdência privada	234	1%	0%	201	1%	0%
Saúde	2.696	16%	0%	971	6%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	81	0%	0%	15	0%	0%
Educação	9	0%	0%	8	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	37	0%	0%	19	0%	0%
Creches ou auxílio creche	48	0%	0%	25	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.222	7%	0%	1.285	8%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**11.507**	**70%**	**1%**	**6.570**	**40%**	**1%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	5	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	16	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	70	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	38	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	**129**	**1%**	**0%**	**0**	**0%**	**0%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	**129**	**1%**	**0%**	**0**	**0%**	**0%**

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.055	6%	0%	442	3%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	541	3%	0%	0	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	**1.596**	**10%**	**0%**	**442**	**3%**	**0%**

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	337	339
Tempo de serviço	18% até seis meses 15% de seis meses a um ano 58% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos	10% até seis meses 78,8% de seis meses a um ano 5% entre um e dois anos 1,8% entre dois e cinco anos 4,4% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	125	283
Nº de demissões durante o período	128	43
Nº de colaboradores terceirizados	1.406	0
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	117	111
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	201	214
Nº de colaboradores acima de 45 anos	19	14
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	206	218
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.600.620	4.375.002
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	173	147
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	1
Total de horas extras trabalhadas	50.190	16.838
Total de horas extras pagas	782.309	292.898
Total de INSS pagos	3.766	
Total de FGTS pago	1.309	
Total de Contribuição Sindical paga	143	88
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	10.025	129
Total de CSLL recolhidos no período	1.877	48
Total de PIS recolhidos no período	0	-88
Total de COFINS recolhidos no período	0	-539
Total de outros tributos recolhidos no período	23.715	5.419

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	4275%	4273%
Número total de acidentes de trabalho	30	7
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (x) todos + CIPA	(X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	32,1% governo 48,5% acionistas 7,5% colaboradores 11,9% terceiros	24,8% governo 23,6% acionistas 20,7% colaboradores 30,9% terceiros

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity)*. Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R$170,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Anápolis – GO, 13 de março de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	**Nota explicativa**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	342.312	157.352
Aplicações financeiras	6	24.725	7.767
Aplicações financeiras - conta reserva	7	25.810	23.310
Clientes	8	39.223	29.859
Tributos a recuperar		1.669	12.247
Despesas antecipadas		410	1.793
Partes relacionadas	16	2	201
Outros créditos	9.a)	29.407	23.014
Total do ativo circulante		463.558	255.543
Não circulante			
Aplicações financeiras - conta reserva	7	36.748	23.394
Outros créditos		4.594	592
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9.b)	1.301.050	1.123.688
Imobilizado	10	69.018	75.018
Intangível	11	2.795.239	2.355.148
		4.206.649	3.577.840
Total do ativo		4.670.207	3.833.383

Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Fornecedores		47.069	20.896
Empréstimos e financiamentos	13	2.308	-
Debêntures	14	17.767	20.838
Passivo de arrendamento	15	11.957	9.669
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.539	5.938
Obrigações sociais e trabalhistas		3.613	2.949
Partes Relacionadas	16	48.511	41.064
Obrigações com poder concedente	18	6.304	8.765
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	10.232	6.982
Provisão para construção de obras	17	16.984	614
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.d)	25.233	4.434
Outras contas a pagar		8.618	4.940
Total do passivo circulante		206.135	127.089
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	468.690	-
Debêntures	14	611.785	588.162
Passivo de arrendamento	15	26.525	31.932
Tributos diferidos	12.a)	18.143	2.689
Obrigações com poder concedente	18	1.295.786	1.115.917
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19	311	-
Provisão para construção de obras	17	-	16.038
Outras contas a pagar		17.930	14.183
Total do passivo não circulante		2.439.170	1.768.921
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a)	1.922.551	1.922.551
Reserva legal	20.b)	10.411	972
Reserva de lucros - orçamento de capital	20.c)	-	13.850
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.d)	91.940	-
Total do patrimônio líquido		2.024.902	1.937.373
Total do passivo e patrimônio líquido		4.670.207	3.833.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida	21	888.044	880.689
Custo dos serviços prestados	22	(575.039)	(855.431)
Lucro bruto		313.005	25.258
Despesas gerais e administrativas	22	(24.633)	(21.736)
Outras despesas e receitas líquidas		(10)	(1)
Lucro operacional		288.362	3.521
Receitas financeiras	23	28.834	47.097
Despesas financeiras	23	(45.945)	(22.030)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(17.111)	25.067
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		271.251	28.588
Imposto de renda e contribuição social	12	(82.470)	(9.917)
Lucro líquido do exercício		188.781	18.671
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	24	0,09819	0,00971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	188.781	18.671
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	188.781	18.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da Companhia					
			Reservas de lucros				
	Nota explicativa	**Capital social**	**Legal**	**Dividendos adicionais Propostos**	**Orçamento de capital**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2022		1.922.551	38	-	547	-	1.923.136
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	18.671	18.671
Destinação do lucro:					-		-
Reserva Legal	20.d)	-	934	-	-	(934)	-
Dividendos minímos obrigatórios (R$0,002 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(4.434)	(4.434)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	20.d)	-	-	-	13.303	(13.303)	-
Em 31 de dezembro de 2022		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Em 1º de janeiro de 2023		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos	20.c)	-	-	-	(13.850)	-	(13.850)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	188.781	188.781
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	20.d)	-	9.439	-	-	(9.439)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R$0,015 por ação)	20.d)					(29.686)	(29.686)
Dividendos intermediários	20.d)	-	-	-	-	(57.716)	(57.716)
Dividendo adicional proposto	20.d)	-	-	91.940	-	(91.940)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	188.781	18.671
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	60.828	22.297
Perda/ baixa de ativo imobilizado e do intangível	745	1.022
Capitalização de juros	(45.296)	(7.884)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos	82.585	26.976
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	339	-
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	1.253	619
Obrigações com poder concedente	12.532	11.190
Tributos diferidos	15.454	2.689
Provisão para imposto de renda e contribuição social	67.016	7.228
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(4.356)	(604)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(9.364)	(29.859)
Partes relacionadas - clientes	199	(128)
Tributos a recuperar	10.578	(9.664)
Despesas antecipadas	1.383	(432)
Outros créditos	(10.395)	(20.000)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	26.173	12.281
Obrigações sociais e trabalhistas	664	1.393
Partes relacionadas - fornecedores	7.447	35.394
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.601	5.012
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(28)	-
Pagamento de obrigações com poder concedente	(12.486)	(11.110)
Pagamento de provisão para construção de obras	(921)	(517)
Outras contas a pagar	7.425	18.441
Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.766)	(246)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	338.391	82.769
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(11.380)	(81.265)
Aquisição de intangível	(431.745)	(785.482)
Aplicações financeiras	(16.958)	19.803
Aplicações financeiras - conta reserva	(11.498)	(46.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(471.581)	(893.044)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(80.453)	(182)
Pagamento de arrendamentos	(10.362)	(6.167)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(50.450)	(878)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	459.415	582.902
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	318.150	575.675
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	184.960	(234.600)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.352	391.952
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	342.312	157.352
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	184.960	(234.600)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	520.574	116.719
Com construção	410.310	773.657
Outras receitas	75	-
	930.959	890.376
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(491.638)	(820.502)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.614)	(15.623)
Outros	(206)	(7)
	(509.458)	(836.132)
Valor adicionado bruto	421.501	54.244
Depreciações e amortizações	(60.828)	(22.297)
Outras receitas (despesas), líquidas	(10)	(1)
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia	360.663	31.946
Valor adicionado recebido em transferência	28.834	47.097
Receitas financeiras	28.834	47.097
Valor adicionado total a distribuir	389.497	79.043
Distribuição do valor adicionado	389.497	79.043
Pessoal	29.359	16.363
Remuneração direta	23.005	13.636
Benefícios	4.988	2.037
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.366	690
Impostos, taxas e contribuições	125.179	19.597
Federais	101.474	14.178
Municipais	23.705	5.419
Remuneração de capitais de terceiros	46.178	24.412
Juros	5.690	14.270
Aluguéis	233	2.382
Outros efeitos financeiros	40.255	7.760
Remuneração de capitais próprios	188.781	18.671
Reserva Legal	9.439	934
Juros sobre capital próprio pagos	29.686	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	4.434
Dividendos intermediários	57.716	-
Dividendo adicional proposto	91.940	-
Orçamento de capital	-	13.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, afetaram indiretamente os negócios da Companhia, em razão do aumento de preço de alguns insumos usados pela Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("*IVA dual*") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "*GloBE effective tax rate*" ou alíquota efetiva *GloBE*. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 23). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos diretos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18). g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros: O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	5.283	6.073
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	74.732	151.064
Operações compromissadas (b)	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c)	134.608	-
Aplicações automáticas (d)	2.745	215
	342.312	157.352

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 13.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a)	24.228	7.767
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b)	497	-
	24.725	7.767

a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento	62.558	46.704
	62.558	46.704
Circulante	25.810	23.310
Não circulante	36.748	23.394

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	34.143	29.683
Receitas acessórias (b)	10	-
Outras contas a receber (c)	5.070	176
	39.223	29.859

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	39.223	29.859
	39.223	29.859

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R$14.050 em 31 de dezembro de 2022).
b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado	1.301.050	1.123.688
	1.301.050	1.123.688

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com poder concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R$118.897, líquido de IRRF e IOF (R$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$58.465 (R$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

10. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2	-
Custo				
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214	84.031
Adições	6.467	4.552	361	11.380
Baixas	(665)	-	-	(665)
Transferências	54	(93)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023	78.317	9.815	6.575	94.707
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Adições	(15.200)	(829)	(655)	(16.684)
Baixas	8	-	-	8
Saldo em 31/12/2023	(23.803)	(999)	(887)	(25.689)
Residual				
Saldo em 31/12/2023	54.514	8.816	5.688	69.018
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-
Custo				
Saldo em 31/12/2021	2.140	-	59	2.199
Adições	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas	(112)	-	(605)	(717)
Transferências	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.536	6.214	84.031
				-
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021	(111)	-	(2)	(113)
Adições	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
	-	-	-	-
Residual				
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021	2.029	-	57	2.086

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

11. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	*Software* de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(c)	-	20,0	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Adições	2.277	474.740	24	7.243	484.284
Baixas	(88)	-	-	-	(88)
Transferências	97.381	(97.342)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
Adições	(32.436)	-	(868)	(10.840)	(44.144)
Saldos em 31/12/2023	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239
Em 31/12/2022	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	*Software* de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(c)	-	22,2	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas	(305)	-	-	-	(305)
Transferências	100.415	(101.699)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	-	-	(3)	-	(3)
Adições	(6.434)	-	(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em 31/12/2022	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	1.681,407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como implantações de infraestrutura para as praças de pedágios e ao Ônus de Concessão. b) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade. c) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 1,82% a.a. (0,40% em 31 de dezembro de 2022). d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R$45.296 referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, descontadas as receitas financeiras). e) *Impairment:* A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,44% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Provisão para contingências	-	105	-	105	105
Juros capitalizados	(2.681)	(15.391)	20	(18.052)	(15.371)
Lucro diferido	(8)	(311)	-	(319)	(311)
Provisão para férias Diretores/*Stock option*	-	123	-	123	123
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(2.689)	(15.474)	20	(18.143)	
Receita/(despesa) de IR e CS diferido					(15.454)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R$18.143 no passivo não circulante (R$2.689 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R$15.454 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	3	(537)
2024	(4.001)	(538)
2025	(3.998)	(538)
2026	(4.051)	(538)
2027	(4.051)	(538)
2028	(2.045)	-
	(18.143)	(2.689)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	271.251	28.588
-Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(92.225)	(9.720)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Juros sobre capital próprio	10.093	-
Despesas indedutíveis	(83)	(9)
Gratificações Diretores/PPR	(246)	(120)
Incentivos fiscais (PAT)	220	129
Outros	(229)	(197)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(82.470)	(9.917)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(67.016)	(7.228)
Impostos diferidos	(15.454)	(2.689)
Taxa efetiva	30,4%	34,7%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	6.982	-
Despesa IR/CS DRE	67.016	7.228
Total de IR/CS pagos	(63.766)	(246)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	10.232	6.982

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	09/2051	IPCA+TLP+2,58% a.a.	267.677	-
CCB BASA	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	70.794	-
CCB BASA	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	132.527	-
			470.998	-
Circulante			2.308	-
Não circulante			468.690	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2023	31/12/2022
2025	3.316	-
2026	10.941	-
2027	13.058	-
2028	13.385	-
Posteriores a 2028	427.990	-
	468.690	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	464.992	-
Encargos financeiros (Nota 23)	11.815	-
Pagamento de juros	(5.809)	-
Saldo no fim do exercício	470.998	-

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição inanceira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	EBITDA ajustado Medição iniciará em 2026 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 Medição iniciará em 2033	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.
BASA	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 Medição iniciará em 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), medidos e divulgados anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais, sendo a primeira medição no exercício findo em 31 de dezembro de 2026. A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66% a.a.	629.552	609.000
			629.552	609.000
Circulante			17.767	20.838
Não circulante			611.785	588.162

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	-	(438)	(438)
2025	-	(716)	(716)	-	(438)	(438)
2026	4.315	(716)	3.599	4.121	(437)	3.684
2027	9.120	(706)	8.414	8.710	(432)	8.278
2028	9.810	(696)	9.114	9.369	(425)	8.944
Posteriores a 2028	601.223	(9.849)	591.374	574.200	(6.068)	568.132
	624.468	(12.683)	611.785	596.400	(8.238)	588.162

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	609.000	-
Adições/(custos)	(5.577)	582.902
Encargos financeiros	69.096	26.098
Pagamento de juros	(42.967)	-
Saldo no fim do exercício	629.552	609.000

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado à partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, será apurado à partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços ("ECS") (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado apurado à partir da emissão.
Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado ECS	≤5,5x	3,31

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,66%	11,36%
		593.150	(8.525)	584.625		

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	38.482	41.601
Circulante	11.957	9.669
Não circulante	26.525	31.932

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	41.601	-
Adições	7.243	47.768
Encargos financeiros (Nota 23)	1.674	878
Pagamento principal	(10.362)	(6.167)
Pagamento de juros	(1.674)	(878)
Saldo no fim do exercício	38.482	41.601

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	8,00
2 anos	7,56
3 anos	4,53
4 anos	3,97
5 anos	5,29
6 anos em diante	5,29

Vencimento das prestações	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	11.970	9.698
Entre 1 e 2 anos	10.747	10574
Entre 2 e 5 anos	17.593	22326
Acima de 5 anos	1.125	2021
Total valores não descontados	41.435	44.619
Total juros embutidos	(2.953)	(3.018)
	38.482	41.601

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

			Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras	Informações
Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços.	Controladora indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.576	Em até 45 dias	7.390	10.002	9.888	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	111.437	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços.S.A.	Controladora indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor/ Devedor
c)	Holding do Araguaia S.A.	Controladora direta	-	-	-	-	-	25	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	8	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
	Total em 31 de dezembro de 2023						2	48.511		7.390	10.002	121.325		
	Total em 31 de dezembro de 2022						201	41.064		5.255	20.402	263.629		

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. c) Repasses de despesas entre as unidades. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R$2.614. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.875	1.528
Remun. com base em ações *(Phantom Stock Option/Restricted Stock)*	261	-
Seguro de vida	4	4
Assistência saúde	124	92
Previdência privada	67	41
FGTS	104	74
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	367	267
	2.802	2.006

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	(517)	-	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente realizações	619	-	-	784	1.403
Atualização Monetária	4.560	-	-	469	5.029
	16.652	-	(921)	1.253	16.984
Circulante	614				16.984
Não circulante	16.038				-

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	-	619	619
Atualização Monetária	-	4.560	-	-	4.560
	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Circulante	876				614
Não circulante	11.114				16.038

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização (a)	1.040	994
Conta reserva (b)	1.301.050	1.123.688
	1.302.090	1.124.682
Circulante	6.304	8.765
Não circulante	1.295.786	1.115.917

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.124.682	1.073.531
Custo (Nota 22)	12.532	11.190
Retenção sobre tarifa	58.465	13.444
Rendimento de aplicação conta reserva (líquido IRRF_IOF)	118.897	37.628
Pagamento do principal	(12.486)	(11.111)
Saldo no fim do exercício	1.302.090	1.124.682

a) Taxa de fiscalização: A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R$1.040 (R$994 em 31 de dezembro de 2022). b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R$1.430.120 sendo (i) R$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do poder concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R$410.310 (R$773.657 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.757.420	3.644.806
Conservação especial (manutenção)	3.389.625	3.525.280
Equipamentos	559.972	585.711
Total	7.707.017	7.755.797

Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/01/2025	Fator	462.750
			462.750

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
(+) Complemento de provisão	278	1	278
(-) Pagamentos	(28)	(1)	(28)
(+) Atualização monetária	61	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311	-	311

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R$1.769 em 31 de dezembro de 2023 (R$531 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$610 (R$114 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A. b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$10.411 (R$972 em 31 de dezembro de 2022). c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária, deliberou pelo pagamento à título de dividendos, do montante de R$13.303, inicialmente proposto como reserva de Orçamento de Capital, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pela Administração da Companhia. Em 10 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R$547 à título de dividendos, com a consequente reversão do orçamento de capital relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. d) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R$80.453 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R$4.434 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022; (ii) R$13.850 descritos na Nota 20.c); (iii) R$57.716 dividendos intermediários do exercício de 2023; e (iv) R$4.453 IRRF de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R$29.686 contabilizados). O saldo de R$25.233, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	188.781	18.671
Reserva legal (5%)	(9.439)	(934)
Base de cálculo dos dividendos	179.342	17.737
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(29.686)	-
Dividendos intermediários	(57.716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.434)
Reserva de orçamento de capital	-	(13.303)
Dividendos adicionais propostos (a)	(91.940)	-

(a) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

21. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	82.053	24.461
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	331.526	68.795
Vale-pedágio	100.464	21.351
Outras	6.531	2.112
	520.574	116.719
Receita de construção (b)	410.310	773.657
Receitas acessórias (c)	75	-
Receita bruta	410.385	773.657
Receita bruta	930.959	890.376
Deduções de receita bruta	(42.915)	(9.687)
Receita líquida	888.044	880.689

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	520.574	116.719
Receitas acessórias	75	-
	520.649	116.719
Deduções		
Cofins (3%)	(15.620)	(3.502)
PIS (0,65%)	(3.384)	(759)
ISS (2% a 5%)	(23.705)	(5.419)
Abatimentos	(206)	(7)
	(42.915)	(9.687)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	29.359	16.363
Conservação e manutenção e outros	22.914	2.802
Serviços de terceiros (a)	50.201	39.493
Seguros	1.688	1.924
Poder concedente (Nota 18)	12.532	11.190
Custo de construção de obras	410.310	773.657
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	60.828	22.297
Locação de imóveis e máquinas	233	2.382
Outros custos e despesas operacionais	11.607	7.059
	599.672	877.167
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	575.039	855.431
Despesas gerais e administrativas	24.633	21.736
	599.672	877.167

a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

continua ...

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	28.457	46.819
Outras receitas financeiras	377	278
	28.834	47.097
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(40.174)	(21.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(9.137)	-
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(28.068)	(3.250)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(2.678)	-
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14)	(854)	(1.572)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 17)	(1.253)	(619)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(61)	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	627
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(1.674)	(878)
Juros Capitalizados	45.296	7.884
Outras despesas financeiras	(7.342)	(2.946)
	(45.945)	(22.030)
Resultado financeiro, líquido	(17.111)	25.067

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	188.781	18.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	1.922.551	1.922.551
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,10	0,01

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	2.441.122	1.775.283
Disponibilidade (b)	(1.705.920)	(1.327.744)
Dívida líquida	735.202	447.539
Patrimônio líquido (c)	2.024.902	1.937.373
Índice de endividamento líquido	0,36	0,23

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 18; b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9; c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 31 dezembro 2023 (102,3% do CDI em 31 dezembro 2022), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	342.312	342.312
Clientes (b)	39.223	39.223
Aplicações financeiras (a)	87.283	87.283
Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Passivos:		
Fornecedores (b)	47.069	47.069
Empréstimos e financiamentos (d)	470.998	467.282
Debêntures (d)	629.552	616.528
Passivo de arrendamento (d)	38.482	41.435
Obrigações com poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Obrigações com poder concedente (d)	1.040	1.040
Classificação - Valor justo através do resultado	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Phantom Stock Option e *Phantom Restricted Stock* (e)	316	316

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. b) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) O valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. d) As obrigações com empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e poder concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. e) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços. • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorre em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "*rating*" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R$22.805 (R$17.310 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	IPCA+6,66% a.a.	41.051	43.486	50.561	2.666.819
BNDES	IPCA+TLP+2,58% a.a.	20.705	20.541	23.308	580.358
BASA	IPCA+2,50830% a.a.	12.759	16.129	21.311	302.290
Passivo de arrendamento	Cfe contrato individual	11.970	10.747	8.681	10.037
		86.485	90.903	103.861	3.559.504

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	26.333	32.916	39.500
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(36.415)	(43.123)	(49.830)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA (b)	(60.832)	(61.734)	(62.641)
Juros a incorrer, líquidos		(70.914)	(71.941)	(72.971)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC06 (R2)	7.243	47.768
Outros créditos - Conta reserva	177.362	51.071
Atualização Monetária - Provisão Construção	-	4.560

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos
MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
ROBERTO BORGES PAIVA
MAURO OLIVEIRA DIAS
DANILLO DE MATOS MARCONDES
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

Membros Suplentes
DANI AJBESZYC

DIRETORIA

Diretor Presidente - **RUI JUAREZ KLEIN**
Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - **CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**
CRC 1PR050369/O-4 'T' GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 21)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 2.754.558 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – **Mahatma Gandhi**

Café da Manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse6@gmail.com

Popularidade
O presidente Lula (foto) quer agora a volta de sua antiga popularidade, isto é, de alguns meses atrás. Já mexe estrategicamente em setores onde estão e estavam sendo rechaçado. O agronegócio é um deles.

Visitas
Resta saber se em suas visitas, onde o agronegócio, é forte, principalmente no Centro-Oeste, o presidente virá, também, à Goiás.

Agenda
Lula, segundo sua assessoria, já teria agendando essas visitas, que devem começar na semana que vem.

Agressão
O advogado goiano que quebrou alguns dentes de um entregador do ifood pagou uma fiança de R$ 100 mil. Se condenado, pode pagar bem mais.

Voador
A Embraer já tem a encomenda de mais de três mil 'carros voadores'.

Atenção
Cresce no Brasil a incidência de câncer no pênis, levando, inclusive, à mutilação completa do órgão.

Barrados
Vexatória a imagens de parlamentares brasileiros proibidos de entrar no Congresso norte-americano. Um tanto quanto ridículo.

Não precisava
Como se diz, não precisavam passar por essa. Não mesmo!

Idade
Um problema que anda complicando a reeleição de Joe Biden é, também, a sua idade. O veterano presidente dos EUA tem mais 81 anos.

Dividido
Essa polarização política está acabando com o Brasil. Por aqui, nada flui e a economia cada vez mais patina.

EUA insistem, de novo, em ser donos do TikTok

A proposta é mesmo de mão única. Ou seja, o governo norte-americano quer obrigar o TikTok a ser vendido para eles, para asim poder permanecer sendo acessado no País. Caso contrário, terá que deixar de ser disponibilizado pelas marcas como Aple, Google e o usuários norte-americanos não poderão ter acesso ao TikTok. Há tempo que os Estados Unidos querem ter o controle total do aplicativo chinês, como já tem de outros bigs aplicativos como o facebook, o instagram, o X e o whatsapp. Mas não conseguiu. Agora, o Congresso norte-americano votou e aprovou uma lei obrigando o TikTok a se 'tornar' americano. A justificativa absurda é que nas mãos de seu adversário econômico, no caso, a China, o TikTok é um grande perigo para os EUA. Como se o facebook, instagram, o X e o whatasapp não o fossem, também, para as outras nações. Nessa, os EUA deram uma grande mancada.

Live para vender mais barato

As influenciadoras Nayara Avilar e Josy Dias apresentam hoje, às 19h, a Super Live do Consumidor do Fujioka. É uma programação do grupo especialista em Informática e Tecnologia, com promoções ao longo do mês nas lojas físicas e, também, no site. Serão mais de 20 produtos selecionados para esta data e as ofertas podem passar de 70% de desconto. A live será no You Tube e Instagram da varejista.

Professor Alcides recebe apoio de partidos

Vários partidos como o Avante, Republicanos, Mobiliza e DC oficializaram, na última segunda-feira, na Shalom Eventos, em Aparecida, apoio ao deputado, professor Alcides, pré-candidato à Prefeitura de Aparecida. A contribuição do senador Wilder Morais e dos deputados José Nelto, Gustavo Gayer e Leda Borges fortalecem essa aliança. A presença dos deputados Paulo Cezar Martins, Eduardo Prado, André do Premium e Anderson Teodoro reforçam, também, a pré-campanha. O evento contou com vereadores de Aparecida de Goiânia e de Goiânia, além de lideranças políticas. Professor Alcides agradeceu a todos os vereadores pela presença e apoio coletivo.

- O diretor da Opus Incorporadora, Dener Justino (foto), já trabalha o lançamento do mais novo residencial da empresa. terça-feira que vem, às 13h30, Dener comanda, no canal da Opus no Youtube, meeting virtual para profissionais do mercado imobiliário, no qual apresenta 'a quinta torre que integrará a Reserva Ybiti, no alto do Setor Bueno'.
- Esse caso, da quebradeira da Lojas Americanas, já virou uma novela no Brasil. Seus controladores, cada vez mais ricos, e os acionistas, quase todos, desesperados.
- Na Argentina tem mais brasileiro fazendo 'Medicina' do que os próprios argentinos. O pior de tudo é que presidente Javier Milei promete interferir nessa realidade.
- Mais de um milhão de casos dae dengue com quase 500 mortos. A verdade é que o governo federal negligenciou a doença.
- *'Finalmente, irmãos, tudo o que for verdadeiro, tudo o que for nobre, tudo o que for correto, tudo o que for puro, tudo o que for amável, tudo o que for de boa fama, se houver algo de excelente*

'SÃO TEMPOS MUITO DOENTES, EM QUE A DEMOCRACIA, QUE FOI UMA CONQUISTA DA HUMANIDADE NESSE CAMINHAR NOSSO [...] QUE ISSO SEJA USADO EM DETRIMENTO E CONTRA AS PRÓPRIAS PESSOAS. SOBRE ESSAS MENTIRAS TODAS CRIADAS – E NO CASO DE GOLPE, QUE É GRAVÍSSIMO. [...] E SÓ ESTAMOS FALANDO DISSO PORQUE O GOLPE NÃO DEU CERTO. SE TIVESSE [DADO CERTO], EU POR EXEMPLO SERIA UM DOS ALVOS PREFERENCIAIS'. MINISTRA DO STF, CARMÉN LÚCIA

APARECIDA DE GOIÂNIA

Vilmar Mariano quer investir R$ 505 milhões em obras

Vilmar Mariano: pavimentação asfáltica em todos os bairros

Redação

O 42° Mutirão de Aparecida, ofertará mais de 100 serviços públicos nos dias 15 e 16, sábado e domingo próximos, na Vila Maria e região. O evento é a primeira edição de 2024, e beneficiará seis bairros e 40 mil pessoas. Nesta semana as equipes da prefeitura estão na Região da Vila Maria executando serviços de manutenção das ruas e praças dos bairros que compõem a região como Cândido de Queiroz, Mont Serrat, Jardim Bonança, Parque Santa Cecília, Vila Maria e Parque América.

Na terça-feira (12), o prefeito Vilmar Mariano levou seu gabinete para o local, onde ouviu as demandas e dialogou com moradores e comerciantes locais.

Em reunião com empresários e lideranças comunitárias na Vila Maria, Vilmar comunicou que em breve diversas obras iniciarão no município. "Eu vou colocar agora, na semana que vem ou na outra, 505 milhões em obras. Só bairros que serão asfaltados: Cristal, Rosa do Ventos, Rosa do Sul, Santa Luzia, Conde dos Arcos, 70% do Buriti Sereno, Vila Romana, Delfiori e Jardim Cascata. Mas vamos asfaltar que jeito Vilmar? Já tá com ordem de serviço e o dinheiro na conta esperando o período chuvoso parar pra gente entrar", afirmou o gestor.

Vilmar ainda disse que a construção da ponte que liga o Cândido de Queiroz com o Cândido de Queiroz 2 está no pacote de serviços, "o Antonio Ribeiro e o Rogério me cobraram esse sonho antigo". "Vamos fazer 12 ligações importantes agora. Três grandes pontes na cidade onde fizeram o asfalto, mas não fizeram a ponte para dar acesso aos outros bairros. Faremos ainda, dois novos eixos na ordem de R$ 48 milhões", disse.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ivana Farina e Benedito Torres indicados para vaga do STJ

Ivana Farina Pena e Benedito Torres Neto: indicações

Rota Jurídica

Em sessão extraordinária nesta segunda-feira (11/3), o Conselho Superior do Ministério Público de Goiás (CSMP) definiu os dois nomes que serão indicados pela instituição para concorrer à composição da lista visando ao provimento de vaga destinada ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por unanimidade, o CSMP decidiu indicar a procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena e o procurador Benedito Torres Neto para disputar a vaga no tribunal superior, nesta ordem, tendo em vista o critério determinado pelo STJ, que é o de antiguidade na carreira.

O promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, que havia se inscrito na disputa, apresentou renúncia à inscrição.

A Procuradoria-Geral de Justiça tem prazo até sexta-feira (15/3) para encaminhar a lista com os dois nomes.

Fio Direto

Gercyley Batista gercyley@gmail.com

Mais tempo

O governador Ronaldo Caiado (UB) só deve retornar às discussões públicas sobre as eleições em Goiânia, próximo do dia 5 de abril, quando será encerrada a janela partidária.

Sempre tem

Geralmente, é na tarde do último dia da janela partidária que ocorrem as transferências partidárias que causam as maiores surpresas: será que este ano teremos alguma em Goiânia?

De novo

Nos bastidores, o nome do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) volta a circular como possível pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, fato que ele nega veementemente.

Focado em 2026

O ex-governador diz que está focado na disputa pelo governo de Goiás em 2026, e que não tem interesse em concorrer à prefeitura 0 da Capital, mas, sabe como é, né?

Só relembrando

Em 2004, o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Iris Rezende (MDB), após derrotas para o governo, 98/2010 e para o Senado em 2002, foi eleito prefeito de Goiânia.

No peito e na raça

E por falar em PSDB, o pré-candidato a prefeito, jornalista Matheus Ribeiro, disse que não quer marqueteiro em sua campanha.

Por falar nisso

Há uma série de marqueteiros de outros estados anunciando que vão assessorar pré-candidatos a prefeito em Goiânia, porém, o histórico de profissionais de fora, geralmente, é ruim.

Prata da casa

Desde a campanha eleitoral de 1992, os marqueteiros locais têm colhido mais vitórias que os especialistas em marketing de outros estados.

Mau sinal

Empresa que administra o WhatsApp, a Meta, reduziu as verbas destinadas para checagens de conteúdo de desinformação na plataforma em pleno ano de eleição.

Bom estar de olho

Até o momento, são poucas as equipes e coordenações políticas atentas à possibilidade de monitoramento de conteúdo falso e calunioso no WhatsApp.

Sem volta

Após uma informação falsa ser publicada em um grupo de WhatsApp, é praticamente impossível represar a sua divulgação e compartilhamento: isso deveria preocupar.

Apesar dos contratempos, Vanderlan segue candidato

Não há riscos para uma alternativa diferente da indicação de Vanderlan Cardoso (PSD) como pré-candidato a prefeito de Goiânia nas eleições deste ano, pelos menos, é a informação de aliados do senador. Mesmo com as movimentações do vereador Lucas Kitão, que afirmou a intenção de disputar prévias no partido, não há um fator determinante que ameace o projeto de Vanderlan que, provavelmente, anunciará seu projeto político, em Goiânia, no final deste mês. No próprio PSD, há muito burburinho sobre as ações de Lucas Kitão serem mais midiáticas, para posicionar sua imagem na eleição deste ano, do que uma intenção realmente focada na disputa pelo executivo goianiense, o que seria bastante normal. Porém, este desalinhamento chega em um momento sensível da pré-campanha do senador, que mesmo liderando em algumas pesquisas, continua muito próximo de seus concorrentes, orbitando apenas diferenças percentuais nos limites das margens de erro dos levantamentos quantitativos. A deputada Adriana Accorsi (PT) e o deputado Gustavo Gayer (PL) seguem de perto, dentro do universo de eleitores que já definiram seus votos (em torno de 14 a 16% dos eleitores goianienses). Outra informação que parte de dentro do PSD, é que o partido não deve antecipar nenhum anúncio sobre a eleição deste ano, tudo deve seguir conforme a agenda política do senador Vanderlan, que só aguarda o anúncio de recursos oriundos de emendas parlamentares para entrar, em definitivo, no calendário pré-eleitoral. Vanderlan, também, evita comentar as ações de Kitão no partido.

Em Rio Verde, Paulo do Vale mostra força e une base

Após alguns dias de intenso debate, o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale (UB) conseguiu reconstruir a aliança de forças do MDB local, que estava dividido.
A deputada federal Marussa Boldrin (MDB), o deputado estadual Lucas do Vale (MDB) e o pré-candidato a prefeito, Wellington Carrijo (MDB), saíram fortalecidos da articulação, com os projetos eleitorais das três lideranças devidamente conversados.
Quem também sai fortalecido é o vice-governador Daniel Vilela (MDB), que também participou das articulações.
O ex-deputado José Mário Schreiner também atuou profundamente para a construção destas alianças.

CAMPOS VERDES

Dr. Rogério lidera com 55% dos votos na disputa a prefeito

Dr. Rogério: líder com folga em Campos Verdes

Redação

Na mais recente pesquisa estimulada sobre as eleições municipais em Campos Verdes, o pré-candidato Dr. Rogério desponta como favorito, conquistando impressionantes 55,00% de intenção de votos. Em um distante segundo lugar, figura o atual vice-prefeito Wallas Correia, com 11,43%, seguido por Wingleison, com 6,43%, Noé, com 3,57%, e Vilmar da Cerâmica, com 3,21%.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a influência do atual prefeito Haroldo Naves nas eleições. Um expressivo 65% dos moradores afirmaram que votariam em um candidato apoiado por Naves. Além disso, em um confronto direto, o Dr. Rogério teria 65,71% e Wallas 16,43%.

A pesquisa, conduzida de forma quantitativa, foi realizada em 08/03/2023, abrangendo entrevistas pessoais em domicílio e em pontos de fluxo, a margem de erro é de 4,7% para mais ou para menos. Com um plano amostral meticuloso, que incluiu ponderações quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico, foram entrevistadas 280 pessoas, garantindo uma representatividade do eleitorado de Campos Verdes/GO.

O registro da pesquisa foi realizado sob o número GO-02556/2024.

GOIÁS SOCIAL MULHER

Vapt Vupt realiza 3 mil atendimentos

Governo de Goiás: justiça social e cidadania

Redação

As equipes do Vapt Vupt realizaram três mil atendimentos durante os cinco dias da ação Goiás Social Mulher, promovido pelo Governo de Goiás para celebrar o Dia das Mulheres, na última semana.

O serviço do Vapt Vupt mais procurado durante o evento foi o atendimento para CPF, com 1.033 atendimentos. Em seguida, a emissão da carteira de identidade nacional (CIN), em que 922 pessoas solicitaram o documento. Com a nova CIN, o número de identificação passa a ser o CPF, o que obriga o cidadão a regularizar o documento.

O evento foi uma edição especial da ação Goiás Social, com oferta de serviços voltados para o público feminino, e ultrapassou a marca de 156 mil atendimentos. Mais de 215 mil pessoas circularam pelos espaços das diversas secretarias em busca de atendimentos para serviços do Governo de Goiás.

O Vapt Vupt ofertou os serviços mais requisitados nas agências, como atendimentos para RG, CPF, Detran, Ipasgo, Goiasprev e multifuncional.

A equipe do Vapt Vupt também foi responsável pela distribuição de quatro mil senhas para realização dos sorteios das geladeiras para as mulheres inscritas no programa Mães de Goiás.

A iniciativa, organizada pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e coordenada pela primeira-dama Gracinha Caiado, reuniu 15 órgãos estaduais e parceiros, com oferta de 40 serviços gratuitos em um único local - na Praça Cívica.

Além dos serviços do Vapt Vupt, durante os cinco dias de evento foram realizados cadastros para benefícios sociais; entregas de cartões de programas como Mães de Goiás e Goiás Por Elas; atendimentos da Defensoria Pública, além de espaço de beleza e autocuidado, entre outros serviços.

OS CASOS DE DENGUE SE ESPALHAM PELO BRASIL.

A Prefeitura de Anápolis está trabalhando para conter a dengue em nossa cidade. Foram destinadas 6 Unidades de Saúde com horário estendido e criado 1 Centro de Hidratação para atender casos da doença. Além disso, o fumacê, as equipes de limpeza e os agentes de endemias estão nas ruas em uma verdadeira força tarefa contra a dengue.

UNIDADES DE SAÚDE REFERÊNCIA PARA OS CASOS DE DENGUE

HORÁRIO ESTENDIDO DAS 7H ÀS 22H

- UBS do Maracananzinho - **atendimento pediátrico** - **todos os dias**
- UBS do Parque Iracema - **todos os dias**
- UBS do Bairro de Lourdes - **segunda a sexta**
- UBS da Vila União - **segunda a sexta**
- UBS da Vila Norte - **segunda a sexta**
- UBS do Bairro Filostro Machado - **segunda a sexta**

CENTRO DE HIDRATAÇÃO - LEBLON | **24H**

Procure atendimento na Unidade de Saúde mais próxima, caso tenha os sintomas:

- Febre alta
- Dor de cabeça
- Dor atrás dos olhos
- Dores no corpo e nas articulações
- Manchas vermelhas na pele
- Falta de apetite

Secretaria Municipal de Saúde

ANÁPOLIS
Orgulho de viver aqui

INFORMAÇÃO

Lei determina que a Saúde divulgue os direitos de pacientes que estão com câncer

Projeto amplia acesso a benefícios, por vezes desconhecidos, e combate informações falsas, hoje é prática comum neste meio

DA REDAÇÃO

Além das preocupações com a saúde, tanto física quanto mental, os pacientes oncológicos podem se deparar com problemas financeiros, já que a doença pede tratamentos em locais específicos, consultas com especialistas, exames, uso de medicamentos caros e, muitas vezes, afastamento do trabalho. Pensando nisso, foi sancionado, nesta semana, um projeto de autoria do deputado anapolitano Amilton Filho (MDB) que obriga o Estado a divulgar amplamente os direitos da pessoa com câncer em Goiás.

Aprovada em dezembro na Assembleia Legislativa do estado (Alego), a matéria tem o objetivo de divulgar informações importantes sobre os direitos dessas pessoas, muitas vezes desconhecidos por elas, buscando ampliar a rede de informação que alcance mais pacientes, familiares e a sociedade como um todo. De forma prática, a lei também institui anualmente uma campanha de divulgação dos direitos dos pacientes com neoplasia maligna a ser realizada na semana do dia 11 de novembro.

Ao DM Anápolis, o autor do projeto explicou como a divulgação acontecerá pelos meios de comunicação à disposição do serviço público, folders e cartazes em hospitais e por meio de palestras. "Dá para seguir com essa divulgação junto aos locais de saúde, especializados nestes atendimentos. Em Anápolis, por exemplo, temos a Santa Casa, o Hospital Evangélico e a Unidade Oncológica", aponta Amilton Filho.

Segundo o parlamentar, a condição requer sensibilidade. "Essa é uma questão que eu acompanho há muito tempo enquanto advogado e por acompanhar amigos e familiares que passaram por essas dificuldades. É uma doença que mexe com o emocional e faz toda a diferença saber os seus direitos, reduzindo custos e aumentando a qualidade de vida", afirma.

Por fim, Amilton Filho avaliou a ação do poder público na execução das políticas públicas. O deputado reforça que há evolução em relação a anos anteriores, mas que ainda é possível avançar. "A gente sempre precisa melhorar. Houve mudanças, mas é uma doença que exige um trabalho muito duro. Precisamos de mais agilidade e atenção em questões fundamentais, inclusive, na autoestima dos pacientes", cita.

Vale destacar que as ações do projeto sancionado pelo governador incluem a especificação dos direitos dos pacientes, como aposentadoria por invalidez, auxílio doença, isenção de imposto para veículos adaptados, entre outros. Os benefícios estão previstos na Lei que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer.

IMPACTO

Especialista em Direito Civil, o advogado Jeovane Costa considera a lei um avanço, especialmente quando o assunto é o combate às fake news e aos estigmas da doença. "A não divulgação dessas leis e do amparo dos direitos desses pacientes agrava muito mais a trajetória no tratamento oncológico. Porque muitos medos, muitas notícias falsas, são disseminadas para esses pacientes. O que não deveria acontecer", salienta.

Para ter acesso aos benefícios, o especialista destaca que é fundamental que o paciente tenha uma orientação jurídica que avalie o caso. O ideal, segundo ele, é que ocorra uma integração com os responsáveis pelo tratamento. "Obviamente que precisa ter uma relação muito próxima dos profissionais da área jurídica com os da área da saúde para que auxilie na interpretação da lei e a levar essas informações até o paciente", orienta.

Entre as principais dúvidas, de acordo com Costa, está o acesso a tratamentos complementares. Muitos clientes chegam aos consultórios sem saber que alguns casos contam com direito a cirurgias estéticas, por exemplo. "Principalmente para aquelas pacientes do sexo feminino que são diagnosticadas com câncer de mama, nós temos uma legislação que obriga inclusive o plano de saúde, não somente o SUS, a cobrirem todo o tratamento de reconstrução mamária daquele paciente. Isso inclui a prótese, toda a cirurgia plástica para fazer a reconstrução daquele órgão afetado pelo câncer", explica.

A lei também institui anualmente campanha de divulgação dos direitos dos pacientes com neoplasia maligna

Atividade conjunta busca parte da restituição do imposto de renda aos fundos e contribui para desenvolver projetos de apoio

Ação visa captar recursos que vão ajudar fundos da criança e do idoso

Campanha é realizada em parceria pela Receita Federal, Ministério Público do Trabalho (MPTb), Conselho de Contabilistas de Goiás e Acia

DA REDAÇÃO

A Receita Federal, Ministério Público do Trabalho, Conselho Regional de Contabilistas de Goiás e Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) atuam em conjunto para executar campanha de captação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência e o Fundo do Idoso, destacando a relevância do apoio da população para estas causas. Com este objetivo, foi realizada reunião, como representantes destes segmentos, nesta última quarta-feira, 13, no auditório da Acia.

O ato teve as presenças da secretária municipal de Integração, Márcia Jacinta Silva Sousa; o juiz da Infância e da Juventude, Carlos Limongi Sterge; o delegado da Receita Federal, Sérgio Ferreira Nascimento; a presidente do Conselho Regional dos Contabilistas de Goiás, Sucena Hummel; a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Diretora de Proteção Social Básica, Flávia Fernanda Xavier; a vice-presidente da Acia, Juracy Ribeiro; o diretor provedor da Santa Casa de Misericórdia, Padre Clayton Bergamo, entre outros representantes importantes da cidade.

Durante o evento, foi ressaltado o papel da Acia no sentido de conscientizar a população sobre o exercício da cidadania fiscal. Através da destinação de parte da restituição do imposto de renda para os Fundos da Infância e Adolescência, do Idoso e outras instituições, os empresários e a população em geral têm a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de projetos e programas que beneficiam diretamente crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade.

Os parceiros estabeleceram o compromisso de trabalhar pelo bem-estar da comunidade e incentivar a participação ativa de todos os segmentos da sociedade nessa causa social. A campanha de captação de recursos, segundo entendimento unânime dos participantes da reunião realizada na Acia, é uma oportunidade para transformar a vida de milhares de pessoas e construir um futuro mais justo e solidário para todos.

PONTOS CORRIDOS

Fórmula da 2ª Divisão divide opinião de Anapolina e GEA

Rubra queria semifinais e finais em ida e volta; já Grêmio Anápolis acha "justa" fase única em turno e returno

ORISVALDO PIRES
Colaborou Lucas Tavares

A manutenção do regulamento e da fórmula de disputa do Campeonato Goiano da Divisão de Acesso de 2024 dividem a opinião dos dirigentes de Anapolina e Grêmio Anápolis, os dois clubes anapolinos que disputam a competição neste ano. A Xata, durante o congresso técnico realizado na terça-feira, 12, na sede da Federação Goiana de Futebol (FGF), em Goiânia, sugeriu mudança na fórmula. Já o Grêmio Anápolis vê como "justa" a manutenção da disputa como ocorreu em 2023.

O presidente da Anapolina, Fernando Corrêa elogiou a postura do presidente da FGF, Roney Freitas, que, segundo ele, "deu toda a liberdade para que todos os presidentes participassem com sugestões". Entretanto, foi voto vencido na sugestão para se alterar a fórmula de disputa do campeonato. Corrêa sugeriu a 1ª fase com jogos entre os oito participantes, ida e volta, com quatro classificados às semifinais em cruzamento olímpico e, depois, a final em dois jogos.

FGF

Conselho Técnico da Divisão de Acesso 2024 foi realizado na terça-feira, 12, na sede da FGF, em Goiânia

Mas, ao final do conselho técnico, ficou mantida a mesma fórmula do campeonato anterior. Ou seja, as oito equipes jogam entre si em pontos corridos, turno e returno, em tabela de classificação única. O primeiro colocado se sagra campeão e, junto com o vice-campeão, se classifica para a 1ª Divisão em 2025. Os dois últimos colocados são rebaixados à 3ª Divisão do Campeonato Goiano. Para o presidente do GEA, Raimundo Silva, essa fórmula é a "mais correta".

Sobre o elenco e os treinamentos com vistas à Divisão de Acesso, Fernando Corrêa informou que o diretor de futebol da Xata, Márcio Paulista, está com a incumbência de informar à diretoria diariamente sobre a evolução dos trabalhos. O Grêmio Anápolis, segundo Raimundo Silva, já está com elenco apresentado desde o dia 29 de janeiro, já que, além da Divisão de Acesso, o GEA disputou o Goiano Sub 20 da 2ª Divisão. "Até o dia 1º de abril novos jogadores devem chegar", disse.

A Divisão de Acesso de 2024 conta com a participação de Abecat, Anapolina, Centro Oeste, Grêmio Anápolis, Inhumas, Santa Helena e Trindade. Os jogos vão acontecer em 14 datas. O campeonato tem início previsto para 27 de abril e se estende até 28 de julho. Corrêa entende que os adversários "virão muito fortes, pois o campeonato é de tiro curto".

Segundo ele, a expectativa é de "muita competitividade e de um campeonato que se desenha equilibrado, pelas conversas de bastidores que ouvimos no conselho técnico". Raimundo Silva entende que apenas quando começar o campeonato será possível mensurar seu grau de dificuldade, mas destaca equipes que considera tradicionais, como Trindade e Abecat. "Será competitiva", concluiu.

LEILÃO

O juiz Armando Benedito Bianki, da 1ª Vara do Trabalho de Anápolis, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sentença publicada em 8 de março de 2024, conheceu da exceção de pré-executividade em defesa apresentada pela Anapolina, a fim de liberar a penhora do imóvel do CT do clube.

Na mesma decisão, o juiz tornou sem efeito o leilão que havia sido agendado por ordem de outra decisão da Justiça do Trabalho. E entendeu, pelas documentações apresentadas pelo clube, que o imóvel onde está o CT é inalienável e impenhorável, por ter sido adquirido "através meio de doação pública realizada pelo município de Anápolis/GO, que o fez observando a relevância do trabalho social desenvolvido pelo clube".

Xata estreia em casa e Grêmio Anápolis fora

Tabela completa da Divisão de Acesso foi divulgada nesta quarta-feira, 13, pela Federação Goiana de Futebol (FGF)

IGOR NERY

No 1º turno do campeonato, Anapolina e Grêmio Anápolis se enfrentam no dia 2 de junho, no Estádio Jonas Duarte

Jogos do primeiro turno

Anapolina
28/04 - Anapolina x Aseev
05/05 - Inhumas x Anapolina
12/05 - Trindade x Anapolina
19/05 - Anapolina x Abecat Ouvidorense
26/05 - Santa Helena x Anapolina
02/06 - Anapolina x Grêmio Anápolis
08/06 - Centro Oeste x Anapolina

Grêmio Anápolis
28/04 - Santa Helena x Grêmio Anápolis
06/05 - Grêmio Anápolis x Abecat Ouvidorense
11/05 - Centro Oeste x Grêmio Anápolis
20/06 - Grêmio Anápolis x Inhumas
26/05 - Trindade x Grêmio Anápolis
02/06 - Anapolina x Grêmio Anápolis
10/06 - Grêmio Anápolis x Aseev

LUCAS TAVARES

Os dois representantes de Anápolis na Divisão de Acesso do Campeonato Goiano de Futebol conheceram a tabela de jogos que irão enfrentar para voltar à elite. A estreia dos clubes está marcada, inicialmente, para o último domingo de abril, dia 28.

A Anapolina, longe da primeira divisão desde 2020, busca voltar após o quase de 2023, quando a Jataiense subiu com a mesma quantidade de pontos. Agora, a estreia será diante da Associação Esportiva Evangélica (Aseev), de Guapó, no Estádio Jonas Duarte.

O Grêmio Anápolis, por sua vez, foi rebaixado na edição de 2023, após grandes campanhas que, inclusive, lhe rendeu o título de campeão goiano em 2021. A caminhada para tentar voltar à elite começa contra o Santa Helena, fora de casa, no Pedro Romualdo Cabral.

O regulamento, semelhante ao do ano passado, divide oito equipes em um único grupo, que se enfrentam em turno e returno. Os dois melhores garantem a vaga na primeira divisão de 2025 e os dois últimos são rebaixados.

O clássico entre Anapolina e Grêmio Anápolis acontecerá apenas na sétima rodada do primeiro turno, prevista para o primeiro final de semana de junho, com mando de campo da Rubra. Na segunda rodada do returno, o mandante será o GEA, conforme o anúncio da Federação Goiana de Futebol (FGF).

OBRAS IMOBILIÁRIAS

Atraso na entrega de imóveis pode gerar medidas jurídicas

Situação gera prejuízo e frustração para os compradores; advogado especialista em direito imobiliário dá dicas

DA REDAÇÃO

Cerca de 30% dos empreendimentos imobiliários no país são entregues com atraso, o que afeta diretamente a vida dos compradores, que podem ter que pagar aluguel, financiamento e condomínio, além de ver seu sonho da casa própria adiado. O atraso pode ser causado por diversos fatores, como problemas na obtenção de licenças, falhas no planejamento da obra, intempéries climáticas, dificuldades na contratação de mão de obra e má gestão das construtoras.

O comprador pode buscar o diálogo com a construtora ou recorrer a medidas jurídicas, como o pagamento de indenização, a suspensão da cobrança de juros de obra e a substituição do indexador de correção monetária. De acordo com o advogado Filype Gama, 35 anos, professor universitário, mestre em direito e especialista em direito imobiliário, o que o comprador deve fazer em caso de atraso na entrega do imóvel é buscar o diálogo com a construtora, tentando resolver o problema amigavelmente.

"É importante verificar se há alguma cláusula no contrato que preveja o prazo de entrega do imóvel, incluindo o período de tolerância, que geralmente é de 180 dias. Se o atraso ultrapassar esse período, o comprador pode recorrer a medidas jurídicas", afirma o advogado.

Felipe Gama orienta pessoas a consultar sites de reclamações, órgãos de defesa do consumidor e fazer visitas às obras anteriores da construtora

Segundo ele, o comprador tem direito a uma indenização pelo prejuízo causado pelo atraso, que consiste na privação do uso do bem. "O valor da indenização é calculado com base no valor locatício de um imóvel semelhante ao que foi comprado, e deve ser pago mensalmente, até a data da entrega efetiva do imóvel", explica.

O advogado também esclarece que é ilícita a cobrança de juros de obra ou outro encargo equivalente após o prazo ajustado no contrato para a entrega das chaves, incluído o período de tolerância. "Esses juros são uma forma de remunerar a construtora pelo capital investido na obra, mas se ela não cumpre o prazo, não pode cobrar esse valor do comprador", diz.

Outro direito do comprador é a substituição do indexador de correção monetária sobre o saldo devedor, que normalmente é baseado no custo da construção civil. "Se a construtora não entrega o imóvel no prazo, ela não pode repassar ao comprador a variação do custo da obra, que é de sua responsabilidade. Nesse caso, o indexador deve ser substituído pelo IPCA, que é o índice oficial de inflação, salvo se for mais prejudicial ao comprador", afirma o advogado.

PREVENÇÃO

Filype Gama também dá algumas dicas de como se prevenir do atraso na entrega do imóvel, evitando dores de cabeça e prejuízos financeiros. "Antes de assinar o contrato de compra e venda, é aconselhável que o comprador busque informações sobre a construtora e o histórico de entrega de seus empreendimentos. É possível consultar sites de reclamações, órgãos de defesa do consumidor e até mesmo visitar obras anteriores da construtora, para verificar se houve atraso ou problemas na qualidade", recomenda.

Ele também orienta que o comprador leia atentamente o contrato antes de assiná-lo, verificando as cláusulas referentes ao prazo de entrega e às penalidades em caso de atraso. "O contrato deve estabelecer de forma clara, expressa e inteligível o prazo certo para a entrega do imóvel, o qual não pode estar vinculado à concessão do financiamento ou a nenhum outro negócio jurídico, exceto o acréscimo do prazo de tolerância".

Por fim, ele aconselha que o comprador acompanhe o andamento da obra, fiscalizando o cumprimento do cronograma e cobrando explicações da construtora em caso de atraso. "Se o comprador tiver alguma dúvida ou estiver passando por uma situação semelhante, é recomendável que ele procure um advogado especialista de sua confiança, para ajuizar a ação competente perante o Poder Judiciário", conclui. *(Colaborou José Aurélio Mendes)*

Bolsa uniforme para alunos dos CPMGs

Em todo o estado são 82 unidades, com 78 mil alunos; em Anápolis são quatro instituições escolares neste modelo

DA REDAÇÃO

A partir deste ano, os mais de 78 mil alunos dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs) passarão a receber o "Bolsa Uniforme", programa Governo de Goiás aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Agora, o Executivo estadual assume os custos do uniforme para cada aluno que, atualmente, está na faixa de R$ 970. Ao todo, o investimento será de R$ 76 milhões provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege).

PROTEGE

Ao todo, o investimento nos colégios militares será de R$ 76 milhões provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás

De acordo com o governador Ronaldo Caiado (União Brasil), em vídeo publicado nas redes sociais, este é mais um programa que se junta a outros em benefício dos estudantes e suas famílias.

"O Bolsa Uniforme se junta a outros projetos como o Bolsa Estudo, os uniformes e materiais didáticos para as escolas estaduais, os Chromebooks para alunos do nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, além de muitos outros benefícios para os nossos jovens estudantes", destacou.

Conforme anunciado pela primeira-dama e coordenadora do Goiás Social, Gracinha Caiado, em novembro de 2023, a iniciativa é voltada ao atendimento de pais, mães e responsáveis por estudantes das unidades de ensino geridas pela corporação para a aquisição do fardamento a ser utilizado nas aulas.

Com o programa, os responsáveis por cada aluno vão receber um cartão para comprar a farda em estabelecimentos cadastrados, garantindo o fornecimento das vestimentas dentro dos padrões dos CEPMGs. O objetivo é que os alunos possam se dedicar aos estudos em condições de igualdade.

O Bolsa Uniforme vai fornecer todo o kit necessário ao fardamento dos alunos, com um bibico (chapéu de dois bicos); duas camisas bege de manga curta; duas camisetas bege de manga curta, duas calças marrom ou saias-calça marrom; um cinto; um par de sapato social preto; dois pares de meia social preta; duas calças agasalho marrom; uma jaqueta agasalho marrom; um par de tênis preto; dois pares de meia esportiva branca e uma japona de frio marrom.

CEPMG

O número de unidades de colégios militares em Goiás já chega a 82 em 64 municípios. Os estudantes já recebem kits de materiais escolares e, em 2023, foi lançado um projeto de Robótica Educacional voltado para as turmas de 6º e 7º ano. Foram investidos R$ 10 milhões na aquisição de equipamentos tecnológicos, incluindo materiais de robótica paradidáticos e tablets.

Em contrapartida, nos últimos anos, os estudantes alcançaram excelentes resultados nas avaliações do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego), do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Atualmente, Anápolis conta com quatro unidades desse modelo, são elas: CEPMG Cezar Toledo; CEPMG Arlindo Costa; CEPMG Gabriel Issa; e CEPMG Onofre Quinan.